

## *Jackson de Figueiredo e o problema da ordem moral*

Edgard Leite <sup>1</sup>

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.33363

**Resumo:** Jackson de Figueiredo (1891-1928) foi um dos principais líderes católicos brasileiros, no princípio do século XX. Atuou de forma intensa no sentido de fortalecer a posição da Igreja na sociedade. Foi o responsável pela fundação do *Centro Dom Vital*, instituição que reuniu as principais lideranças católicas da época. A sua vida foi tida como exemplo de conversão e de aproximação a Deus. Entre as diversas soluções que preconizou para os problemas do Brasil está a do estabelecimento de uma política de ordem moral e religiosa, capaz de fortalecer a sociedade diante das perspectivas pluralistas e autonomistas do Estado secular.

**Palavras-chave:** Jackson de Figueiredo, Centro Dom Vital, Ordem Moral, Igreja Católica, Dom Sebastião Leme

### **Jackson de Figueiredo and the moral order**

**Abstract :** Jackson de Figueiredo (1891-1928) was the main leading Catholic layman, in the early twentieth century. He worked passionately to strengthen the church's position in society. He was responsible for founding the *Dom Vital Center*, an institution that join the main Catholic leaders of the time. His life was taken as an example of conversion and approach to God. Among various solutions which called for Brazil is the establishment of a moral political and religious order, able to strengthen the society in face of pluralistic perspectives of the secular state.

**Keywords:** Jackson de Figueiredo, Centro Dom Vital, Moral Order, Catholic Church, Dom Sebastião Leme

### **Jackson de Figueiredo y el problema del orden moral**

**Resumen:** Jackson de Figueiredo (1891-1928) fue uno de los principales líderes católicos brasileños a principios del siglo XX. Trabajó intensamente para fortalecer la posición de la iglesia en la sociedad. Él fue el responsable por la fundación del Centro Dom Vital, una institución que reunió los principales líderes católicos de la época. Su vida fue tomada como un ejemplo de conversión y acercamiento a Dios. En su opinión, entre las diversas soluciones que requerían los problemas de Brasil estaba el establecimiento de una sólida orden moral y religiosa, capaz de fortalecer la sociedad delante a la autonomía del Estado laic y sus perspectivas plurales.

**Palabras-clave:** Jackson de Figueiredo, Centro Dom Vital, Orden Moral, Iglesia Católica, Dom Sebastião Leme.

<sup>1</sup> Membro titular da Academia Brasileira de Filosofia, Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Diretor do Centro de História e Cultura Judaica, Coordenador do programa de Estudos Indianos da UERJ, Coordenador do GT Regional Rio de História das Religiões e das Religiosidades da ANPUH. Email: edleiteneto@yahoo.com.br

Recebido em 05/06/2016 - Aprovado em 30/08/2016

## I

A partir dos anos 70 do século passado, a historiografia brasileira adquiriu um perfil teórico peculiar, que tornou-se, aos poucos, hegemônico nas universidades. Entre outras particularidades, propôs-se a aprisionar a narrativa histórica à lógica do conflito ideológico que dominou a humanidade após a Revolução russa de 1917.

Tal interesse privou-nos gradualmente do reconhecimento de certas realidades relevantes, cuja importância, muitas vezes essencial, foi relegada à condição de desimportância, geralmente fundamental. Nada demais nisso. Pois, como afirmou Hobbes, toda ação humana é ação interessada “todo homem procura seu próprio interesse e benefício” (Hobbes: XIX). E, de fato, uma geração inteira considerou que apenas alguns aspectos do mundo mereciam consideração teórica, ou, melhor, interesse.

Independente, no entanto, de qualquer avaliação que se faça sobre a natureza desse específico interesse historiográfico, parece-nos que é necessário resgatar, para bem da reflexão sobre nossos tempos, outras narrativas. Não por terem sido esquecidas ou derrotadas, mas porque pretenderam lidar com realidades que foram, pelos seus autores, tidas como importantes para a realização da condição humana, ou para o curso de sua trajetória neste mundo.

É surpreendente que a historiografia pós década de 70 tenha valorizado, de forma intensa, os levantes tenentistas de 1922 e 1924, a fundação do Partido Comunista, ou a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922. E, no entanto, tenha ignorado totalmente, por exemplo, a relevância do estabelecimento do movimento pentecostal, no país, em 1910. E o estabelecimento da *Assembléia de Deus* no Rio de Janeiro, em 1922.

Esse absoluto silêncio é ensurdecedor, na medida em que a *Assembléia de Deus* é hoje o maior movimento evangélico pentecostal do Brasil, e tal realidade deriva de cem anos de desenvolvimento, absolutamente silencioso, para os historiadores. Mas não para a sociedade brasileira.

O mesmo pode-se dizer do *Centro Dom Vital*, fundado em 1922.

A sua importância e relevância para o catolicismo - e para a vida espiritual do país - foi imensa. O *Centro* atuou na formação de um pensamento católico reativo de profunda influência sobre a intelectualidade brasileira, em meados do século XX.

Muitos, como Alceu Amoroso Lima (1893-1983), tentaram equacionar sua significação à de outros eventos ocorridos no emblemático ano de 1922, “o ano da tríplice revolução”, ou seja, a política, a estética e a espiritual (apud Villaça: 170).

Mas não consta que a historiografia tenha dado a essa efeméride espiritual, a fundação do *Centro Dom Vital*, análoga importância que deu a outras ações políticas da época. Interesses teóricos entenderam por bem envolver esse (e outros eventos do mesmo teor, como a fundação da *Assembléia de Deus*), numa espiral de silêncio.

Não geral, no entanto. Basta que lembremos, entre outros, de Francisco Iglésias, que tratou do assunto, mesmo que no sentido de diminuir sua importância.

Para Alceu Amoroso Lima, o ano de 1922 foi particularmente relevante, do ponto de vista espiritual. Nele, além da fundação do *Centro*, assistiu-se à publicação de *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, do Padre Leonel Franca, S.J., e, principalmente, de *Pascal e a Inquietação Moderna*, de Jackson de Figueiredo (Idem).

## II

Jackson de Figueiredo (1891-1928) foi personagem central dos eventos que redefiniram a ação católica no Brasil. Culminou, com sua liderança, os esforços de reação da Igreja, que adquiriram um perfil amadurecido sob o episcopado de Dom Sebastião Leme (1882-1942).

Duas biografias foram escritas sobre ele. A primeira, na sua época, por Hamilton Nogueira, amigo e ativista católico, diretor do *Centro Dom Vital*. A segunda, nos anos 80 do século passado, por sua filha Cléa de Figueiredo Fernandes: *Jackson de Figueiredo, uma Trajetória Apaixonada*.

A sua presença, no entanto, ecoa em muitas memórias e reflexões de seus amigos e seguidores. A bibliografia é imensa. E transbordou, intensamente, para uma geração posterior, que ainda sentiu o peso e a influência de suas ações comprometidas não apenas com a Igreja, mas também com o destino do Brasil.

Em todas as lembranças, Jackson aparece como uma figura carismática, apaixonada, polêmica, crente.

Jackson de Figueiredo é expressão de um momento de indefinições, mas de busca de certezas. Do ponto de vista religioso, culmina um período de muitas dúvidas sobre o exato papel da Igreja Católica no Brasil.

A desagregação da Igreja sob o Padroado, no período Imperial, criou uma cultura de leniência religiosa (Villaça, 2006). Era, provavelmente, um fenômeno global, que o *Syllabus Errorum* (1864) do Papa Pio IX, e outras medidas de seu pontificado, pretendeu corrigir.

No Brasil isso animou a reação eclesiástica ao predomínio secular. No entanto, passada a *Questão Religiosa* e, com a República, obtendo-se a separação entre Igreja e Estado, a intelectualidade em geral agravou seu afastamento com relação à instituição. Não existiam vínculos de cumplicidade intelectual entre segmentos pensantes e a Igreja.

Como anotou Francisco Iglésias, sobre esse período:

Basta que se lembre que as camadas mais expressivas da intelectualidade brasileira são positivistas, evolucionistas ou apenas indiferentes. País de maioria católica, de ensino quase sempre orientado, a inteligência nacional não é católica: se não é hostil à Igreja, é-lhe indiferente. É mínimo o número

de escritores católicos, e, desses, são poucos os que tem real expressão (Iglésias: 93).

Isso não significava, no entanto, que a sociedade não se movesse dentro dos quadros gerais da moral cristã e católica. A situação paradoxal de se viver um Estado secular, com intelectuais comprometidos com esse secularismo, numa sociedade com valores cristãos, inspirou uma série de *Cartas Pastorais*, entre 1890 e 1916.

A *Pastoral* de 1890 era clara em suas demandas:

a maioria decide soberanamente de tudo no mundo da política; decide da constituição e da forma do governo nos Estados, decide tais leis no parlamento, decide das sentenças nos tribunais; por toda a parte a maioria é consultada; a maioria respeitada; a maioria é obedecida; tem, enfim, império incontestável, é lei e lei soberana que a todos se impõem, a maioria. Só quando se trata da religião e dos interesses sagrados que a ela se prendem, é que vemos trocados os estilos; subvertido, calçados os pés, não levado em conta alguma o princípio tão proclamado pelo liberalismo moderno, da soberania do número, do poder incontestável das maiorias. (Apud Paim, 170).

Assim, parecia à Igreja, e à muitos, que não era razoável deixar-se de ouvir a sociedade em matéria de religião, e, leia-se aqui, entre outras coisas, em assuntos de políticas públicas, que deveriam levar em contra pressupostos morais.

A *Pastoral* de 1900 defendeu que “levemos petições respeitadas, porém firmes e decididas, que não queremos ser nação sem religião e sem Deus, não queremos ser governados por um governo ateu” (Apud Paim, 176).

Semelhantes demandas, portanto, assinalavam um dos problemas essenciais das sociedades seculares, que é o do conflito entre a liberdade da experiência moral de fundo religioso, garantida pela lei, e a liberdade de autonomia moral, estabelecida pelo Estado, igualmente garantida pela legislação. Não era, e ainda não é, uma questão menor.

A secularização, estabelecendo a liberdade individual, isto é, fornecendo elementos jurídicos para a autonomia moral, instaura, portanto, a pluralidade moral (Raz: 207). Tal processo pode comprometer a estabilidade dos costumes na sociedade.

Basicamente porque ameaça desestabilizar as concepções morais de cunho coletivo, estabelecidas pela tradição e pela religião, para o funcionamento regular das famílias e dos relacionamentos humanos. Retira os princípios morais de controles coletivos e espirituais e transfere-os à órbita do individual. Padrões morais de imposição geral, normalmente precários, correm o risco de desagregar-se na transferência de responsabilidades e sentidos ao indivíduo..

Não parecia à Igreja que o assunto tivesse outro caminho, não só pela conservação de autoridade, mas também pelas exigências sociais de liderança, e pelos sofrimentos decorrentes da desestabilização de costumes, que não o enfrentamento político ao descontrole do pluralismo moral. O problema básico, no entanto, é que não existiam intelectuais ou políticos para pensar a questão e assumir a liderança em prol de salvaguarda de valores maiores.

Assim, a *Carta Pastoral* de 16 de julho de 1916, é decisiva, de autoria de Dom Sebastião Leme:

Sim, ao católico não pode ser indiferente que a sua pátria seja ou não aliada de Jesus Cristo. Seria trair a Jesus; seria trair a pátria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de católicos e brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrofante com que nos habituamos a ser uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciência dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tentá-lo – é obra de fé e ato de patriotismo (Leme).

A politização da reação católica tem assim um efeito substancial sobre a opinião pública. Um de seus objetivos é atrair para si a intelectualidade cética, gerar eventos acadêmicos, fortalecer o pensamento dos leigos. Enraizar a Fé substanciada e a moral conscientemente vivida na sociedade. Sustenta o Cardeal Leme: “Que propaganda fazemos? Que programa desdobramos? Que resistência opomos?” e principalmente: “Tem instrução religiosa os nossos intelectuais?”

A Pastoral de Dom Leme tem um efeito profundo, acima de tudo, sobre Jackson de Figueiredo.

### III

A vida de Jackson Figueiredo foi entendida, pelos que o seguiram, como modelo de uma existência que caminhou no rumo de Deus, um caminho de conversão.

Nascido em Aracajú, Jackson cresceu numa família com um catolicismo mais ou menos convencional, dentro dos padrões da época. Era parente distante de Castro Alves, e não lhe era estranha, portanto, uma vocação intelectual. Mais tarde lhe pareceu adequado negar que tivesse ancestralidade judaica, como se dizia de Castro Alves, mas opinava que tinha sangue cigano (Fernandes:15).

Na sua juventude, numa época em Alagoas, conheceu Jorge de Lima (1893-1953). O poeta sempre teve por ele os melhores e mais elevados sentimentos (Fernandes:67).

Leitor ávido, cheio de ideias e com uma juventude repleta de experiências intelectuais, algumas muito extremadas e emocionais, entrou na Faculdade de Direito da

Bahia, em 1909. Como muitos intelectuais, nessa época, Jackson formou-se em um ambiente acadêmico dominado quer pelo ceticismo quer pelo radicalismo político.

Como estudante, participou do grupo de ativistas que impediu, à força, o desembarque dos jesuítas que buscavam asilo no Brasil, após sua expulsão de Portugal, em 1910. Dizia-se, então, materialista, nietzchiano, agnóstico e anticlerical (Fernandes:87).

Quando deixou a Bahia, rumo ao Rio, em 1914, numa viagem que durava quatro dias de navio, teve a oportunidade de conversar longamente com um franciscano, Frei Agostinho Ben, que lhe teria dito, pensativo: “crer ou não crer pouco importa: o que vale é ser sincero em face da vida, e isso você o é.” E, de fato, assim se exprimia, na época: “Há um tom de confissão em tudo o que escrevo; mas ao ateu que sou, qualquer religiosidade é das faces mais amadas do espírito” (Nogueira:23)

No Rio de Janeiro experimenta os momentos mais importantes de sua trajetória espiritual. Primeiro, em 1915, entra em contato com o filósofo Raimundo de Farias Brito (1862-1917), metafísico e espiritualista, que exerce sobre ele poderosa influência. Abre-lhe o caminho da necessidade e da percepção de Deus.

Após a Pastoral de 1916, começa uma correspondência com Dom Sebastião Leme, que o ampara e orienta. Vítima da gripe espanhola, em 1918, permanece entre a vida e a morte por muito tempo.

Por fim, neste mesmo ano, conhece Alceu de Amoroso Lima, amizade fundamental para ambos. Jackson apresentou a obra de Jacques Maritain para Alceu (Fernandes:300). E se aproxima, então, da vida sacramental da Igreja.

Assim narra Villaça sua conversão:

Dom Leme vem ao Rio, hospeda-se no São Joaquim e Jackson lá o procura, para conversar. Está perto da Igreja. Aceita tudo na Igreja, menos a confissão. Resposta de Dom Leme: não force, não confesse. Ficaram amigos, para sempre. Pouco depois, 1918, Jackson se confessaria. Era um fruto da Pastoral de Olinda. Era a palpável reconciliação entre a Igreja e a cultura no Brasil (Villaça:141).

A experiência redentora da conversão transformou Jackson em um apaixonado defensor da ação católica pelos seus próximos dez anos de vida.

Fundou a Revista *A Ordem* e o *Centro Dom Vital*. Este irá aglutinar, em torno de uma plataforma de ação católica, uma nova geração de intelectuais brasileiros.

“A reconciliação entre a Igreja e a cultura no Brasil” é, portanto, na visão de Villaça, fruto da conjugação de três movimentos: a ação da Igreja, no sentido de assumir uma liderança política moral na sociedade; de uma demanda social, em prol dessa liderança, e, no caso, da descoberta do espírito, na alma de um intelectual sergipano.

#### IV

O período posterior à I Guerra Mundial foi de muita reflexão, entre os intelectuais, sobre a natureza do Brasil. Um país tão equívoco, ou tão incompreensível, precisava de uma explicação teórica mais precisa.

Em geral, a tendência dos intelectuais, desde Capistrano de Abreu (1853-1927), pelo menos, era a da descoberta da sociedade. Isto é, tentar entender, a partir da configuração histórica ou sociológica do povo, os enigmas com os quais o país se defrontava, ao tentar modernizar-se, e ao não o conseguir.

Os modernistas não tinham muitas dúvidas de que o Brasil tinha certas características, como a mestiçagem e uma languidez sensual própria, que davam ao desenvolvimento histórico do país seu perfil original.

Isso era entendido como positivo, e a celebração dessas características, que começa, entre outros, por Mario e Osvald de Andrade, e culmina em Gilberto Freire e outros pensadores, foi considerada como elemento reconstrutor do reconhecimento da nacionalidade. Uma nacionalidade “original” ou “autêntica”.

Jackson reconhecia a realidade desse fato, mas não o tinha como positivo. Longe do primado de uma interpretação sociológica ou antropológica, ele preferia uma abordagem espiritual da questão. Escrevendo sobre o esvaziamento da Igreja como força política, lamentava que “circunstâncias diversas tivessem desenvolvido a tendência sensualista de nossa prosápia mestiça” (apud Hamilton:12)

A condição da sociedade brasileira, para Jackson, era fruto, como entendiam os modernistas, em grande parte, da “tendência sensualista” do país. Mas isso, para ele, não era positivo, nem desejável, porque implicava em um relaxamento moral e ético de dimensões históricas - e trágicas.

Parecia-lhe um absurdo a total inversão de valores na sociedade brasileira. Em 1923, quando morreu Rui Barbosa, Jackson surpreendeu-se com a ausência de intelectuais no seu enterro, e observou que João do Rio, cronista mundano carioca e boêmio, um sensualista, morto em 1921, “teve enterro cem vezes mais sentido e concorrido. É melhor não pensar muito no Brasil, mesmo quando a gente a ele se dedica” (apud Fernandes:394)

Esse caráter leniente da sociedade brasileira, sua pouca seriedade, que Sérgio Buarque de Holanda entendia como um “desleixo e um certo abandono” (Holanda:43) ou “desleixo e certa liberdade” (Holanda:117), para Jackson era fruto de um problema de ordem moral muito grave:

O nosso mal é o que se poderá chamar a indistinção moral, isto é, uma espécie de daltonismo de linhas, de imagens, que vai além das cores nesse mundo próprio da consciência. Somos um povo que não sabe distinguir moralmente, ou que só o sabe tanto quanto impõe irresistivelmente para que possa viver, mas viver uma espécie de vida vegetativa, nesse

domínio em que a vida deve e tem que ser consciente  
(Figueiredo (c):79)

O “desleixo” e “a certa liberdade”, de Holanda, para Jackson era a expressão de uma vida moral vegetativa, mínima, incapaz de propiciar ações efetivas, ou conscientes, na sociedade. Somente tais ações efetivas e conscientes poderiam erguer o Brasil de uma situação de contínua decadência espiritual. Para Jackson o reforçamento moral era essencial para que a sociedade pudesse fazer escolhas corretas e reconhecer aquilo que era bom e certo.

Considerava, assim, que a “política é, de fato, a arte de criar e defender a estrutura social (...) o problema moral (...) abrange todos os demais e, por conseguinte, o econômico” (Fernandes: 419) e, mais adiante, “não creio em soluções sociais. Só creio em finalidade moral” (Fernandes:422).

Uma sociedade com uma moral consistente, portanto, funcionaria melhor, seria mais produtiva e não perderia a percepção do “bem comum” ou do “todo”, tornando-se forte diante do individualismo amoral. A consideração, moral, do outro, ou do próximo, seria elemento de aglutinação de uma ordem social criadora e produtiva para todos.

Nesse sentido, todas as principais dificuldades de governança do Brasil emergiam dessa disfunção, que se exteriorizava, por exemplo, na forma de fazer política. Sem firmeza moral, defendia, não havia condições de uma autêntica discussão política. Pois era impossível, no Brasil, a constituição de correntes de ideias, ou de partidos:

Ora, nunca os partidos foram possíveis sem a intolerância dos princípios e a relativa intransigência dos homens, sem as quais não é possível vida moral, amor da verdade e de tudo o mais que é sua consequência. Foi justamente o desaparecimento dessas condições de vida moral que, entregando cada um a si mesmo, fez a escravidão da maioria  
(Figueiredo (b):60)

Jackson levantava aqui o problema da autonomia moral, que entregava “cada um a si mesmo”, e dissolvia os elos de responsabilidade coletiva, que, por sua vez, eram fundados em posicionamentos derivados de perspectivas morais, ou, mais profundamente, de posicionamentos éticos.

Esse isolamento moral do indivíduo permitia que o Estado sustentasse uma política de legitimidade amoral, ou imoral, na medida em que os interesses privados se sobrepujam, de forma permanente e egoísta, aos interesses coletivos.

Não havia, portanto, vida política centrada em ideais, ou em partidos.

Encontramos aqui uma convergência com o egoísmo e individualismo do “homem cordial” de Holanda. Mas longe de reconhecer apenas o problema, Jackson o atacava, do ponto de vista da visão do bem comum.



---

Os efeitos dessa realidade eram, em sua opinião, devastadores:

O Estado nada mais fez no Brasil que concorrer poderosamente para a formação e manutenção desse ambiente de agnosticismo e materialidade em que se deterioram todas as nossas energias espirituais... esse ambiente não pode deixar de ser favorável aos erros mais grosseiros, e é da essência mesma do erro a aquisição de qualidades extrínsecas de violência e brutalidade, sempre que se pode desenvolver livre e desimpedidamente (Figueiredo (c):76)

Assim, os problemas de leniência moral brasileiros, herdados de outros tempos, foram extremamente potencializados pelo Estado secular, o qual, sem atentar para os problemas decorrentes, ou conivente com eles, agravou a desagregação social, e as inclinações históricas, gerando um quadro de conflito e confusão que dá um perfil de crescente violência e impossibilidade à sociedade brasileira.

Não havia dúvida, portanto, que nesse sentido ele via a solução do problema moral como a solução do problema brasileiro. E a moral tinha basicamente a ver com religião.

Como católico, entendia, portanto, como outros católicos fizeram antes dele, que grande parte dos problemas, embora locais, próprios do Brasil, tinha origem maior, no liberalismo europeu. E na forma como o Estado moderno secularizou as lideranças, a intelectualidade, as políticas públicas, e introduziu uma amoralidade significativa na existência social:

A revolução francesa nada mais fez que universalizar esse horrível crepúsculo da inteligência humana que, desde então, se deixou ficar em segundo plano, no mesmo cenário em que imperam, em seu nome, todas as baixas instintividades, em luta que não cessa, contra todas as conquistas de uma civilização racional, feita de observação, experiência e bom senso, no domínio intelectual, de moralidade e sacrifício, no domínio moral, de atividade informada por tudo isto no domínio prático, propriamente econômico (Figueiredo (a): 55)

A crise da inteligência, da razão e da moral, o império das “baixas instintividades”, tudo isso, evidentemente, não era apenas um problema do Brasil, mas da humanidade dentro do universo liberal.

Iglésias acreditou que, para Jackson:

Todas as atividades humanas são decorrência da ética; quando esta não é respeitada, verificam-se desvios condenáveis. A preocupação moralizante domina sobretudo na política. Subordinando a política à moral. Jackson de Figueiredo denuncia com calor o que considera a falta de moralidade da vida pública. A seu ver, não é moral negar os padrões instituídos com a subversão da ordem; não é moral a demagogia, o domínio das forças de propaganda, com a imprensa; não é moral o acordo entre elementos diversos – comum na política – que leva às estranhas combinações em que há troca de apoios e favores, para o êxito (Iglésias: 114-115).

Mas, com o devido respeito a Iglésias, é evidente, no entanto, que, para Jackson, a questão do Brasil era muito maior que a simples moralidade da coisa pública. Seu pensamento preconizava o desenvolvimento de uma atitude moral que passasse a orientar o cidadão dentro de uma sociedade plural. Não apenas na política, mas no cotidiano produtivo, nas atividades econômicas diárias.

Através da liderança moral da Igreja, acreditava que era possível o estabelecimento de paradigmas de conduta que tornassem mais claro, para a sociedade, os limites que devem presidir o desenvolvimento bem sucedido do coletivo. Donde sua defesa de uma educação católica nas escolas.

Daí, portanto, o papel primordial que emprestou à Igreja, nesse movimento de transformação, que era também de salvação nacional e que continha uma profunda preocupação com o futuro do Brasil. Jackson lamentava as hesitações da Igreja, mas principalmente dos católicos, em assumir o papel que deveriam assumir naquele momento, considerando os problemas morais graves da sociedade brasileira.

Os católicos, segundo Jackson, deveriam romper com a covardia em assumir posicionamentos políticos, “porque o católico se deixa amortilhar na mais dolorosa das covardias, que é a covardia política” (Figueiredo (c):73), Caberia, portanto, na reação católica, uma reação da maioria, da sociedade imbuída de espírito cristão.

Seu amigo Sobral Pinto (1893-1991), anos depois presidente do *Centro Dom Vital*, entendeu, sobre Jackson, que ele “teve da ordem uma noção muito mais justa e elevada. Ele só a compreendia como equivalente de harmonia, de adaptação, e de equilíbrio” (apud Fernandes:418).

## V

Grande parte dos movimentos que procuram cercar numa espiral de silêncio a obra e as proposições de Jackson de Figueiredo, buscam, em grande medida, ocultar o problema que ele levantou, o problema da ordem moral.

De fato, é o tema da moralidade aquele que mais desperta, no pensamento de origem iluminista, as mais sérias celeumas, e o pensamento religioso dominante, o judaico-cristão, que é o fundamento da nossa moralidade, costuma ser entendido como adversário, ou inimigo, da ordem constituída pelo Estado secular. E, de fato, nunca o deixou de ser, nesse aspecto da questão.

No entanto, o fato do tema, o problema da ordem moral, estar envolvido em silêncio não o anula, e nem retira dele o seu papel de questão absolutamente essencial para o desenvolvimento das relações em sociedade.

E o fato de intelectuais acreditarem que não é importante, não extirpa o problema da consciência das pessoas. Pois muitas buscam uma regra de conduta moral, com sucesso ou não, e todas almejam uma existência com consistência ética. Sem isso só há “violência e brutalidade”, como apontou Jackson.

Os desdobramentos da questão nos últimos 40 anos, quando a Igreja, por outras razões, gradualmente abdicou (ou foi forçada a abdicar) do seu papel de liderança política moral na sociedade brasileira, mostram que o problema continua vivo. Mesmo que com outros protagonistas e novas e diferentes propostas políticas e religiosas. E não veio do nada o expressivo protagonismo atual da *Assembléia de Deus*.

Em grande medida porque o problema da ordem moral está profundamente enraizado na dimensão religiosa do humano. Dimensão que o Estado secular nunca conseguiu suprimir ou controlar de forma suficiente.

Jackson de Figueiredo morreu aos 37 anos, em 4 de novembro de 1928, afogado, arrastado por uma onda, quando pescava na Pedra da Joatinga, no Rio de Janeiro.

Carlos Drumond de Andrade, impressionado com sua morte trágica, dedicou-lhe um longo poema, “Ode a Jackson de Figueiredo”:

Jackson,  
os que te conheceram e amaram,  
os que te conheceram e não te amaram,  
os que não tiveram tempo de te amar,  
os que não cruzaram no teu destino, os que ignoram o teu  
nome, os que jamais saberão que exististe,  
estão todos um pouco mais pobres do que eram antes.  
(...)  
Muitas coisas nos ensinou a tua morte, que a tua boca não  
soubera exprimir,  
e a tua pesca mais opulenta, Jackson, foi a de ti mesmo pelo  
oceano,  
pesca terrível e misteriosa de amor e de redenção (apud  
Fernandes: VIII-IX)

A questão central de Jackson de Figueiredo, de fato, transcende o seu momento e o seu tempo. E, em muito, as suas próprias proposições.

Alceu Amoroso Lima, em 1955, achou bem dizer que:

Não foi a doutrina da ordem política que representou o papel importante de Jackson em nosso século. Foi a doutrina da ordem sobrenatural. Nisto é que está o ponto crucial do papel que ele desempenhou para o nosso tempo ... deu à sua geração de céticos e desencantados, de jovens prematuramente envelhecidos, uma lição de bravura cívica, de amor à verdade, de capacidade de domínio de si mesmo e de revelação de hierarquia natural de valores, com a primazia dos valores sobrenaturais, que nenhum outro pode dar. (Lima:40)

Não há, portanto, qualquer possibilidade de silenciar, ou ocultar, a relevância e atualidade, tanto a do problema moral numa sociedade secular, quanto o papel de Jackson Figueiredo em pensá-lo, de forma original e intensa.

### Referências

- AZZI, Riolando: “O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930” in *Síntese: Revista de Filosofia*. Vol. 4 no. 10, 1977
- FERNANDES, Cléa de Figueiredo: *Jackson de Figueiredo: uma Trajetória Apaixonada*. Rio de Janeiro, Forense, 1989.
- FIGUEIREDO, Jackson de: *In Memoriam*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929
- FIGUEIREDO, Jackson de (a): “O Partido da Experiência” in *Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, AGIR, 1977.
- FIGUEIREDO, Jackson de (b): “Tolerância” in *Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, AGIR, 1977.
- FIGUEIREDO, Jackson de (c): “Dolorosas Interrogações” in *Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, AGIR, 1977.
- HOBBES, Thomas: *Leviatã*. São Paulo, Abril Cultural, 1983
- HOLANDA, Sérgio Buarque: *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco: “Estudo sobre o Pensamento Reacionário” in CDPB (Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro): *Jackson de Figueiredo, Bibliografia e Estudos Críticos*. Salvador, CDPB, 1999.
- LEME, S. *Carta pastoral*. Olinda: [s.n.], 1916.
- LIMA, Alceu Amoroso: “Jackson de Figueiredo” in *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 35. n. 53, jan./jun. 1955.
- PAIM, Antônio: O Processo de Formação do Tradicionalismo Político no Brasil” in CDPB (Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro): *Jackson de Figueiredo, Bibliografia e Estudos Críticos*. Salvador, CDPB, 1999.
- RAZ, Joseph: *The Morality of Freedom*. Oxford, 1988.
- VILLAÇA, Antônio Carlos: *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.